



DISCURSO, ESTADO E PODER

André Luiz Lorenzoni

RESUMO: A discursividade em torno da noção de Estado-Nação, no Ocidente contemporâneo, se configura na “ordem do institucional”: mecanismo que funciona como instituição de poder disciplinarizador da produção de sentidos, das subjetividades, tanto em nível singular como social. A língua não apenas integra, atravessa, mas corresponde a uma instituição social em si, diferentemente das demais instituições políticas, etc.; pois é a “materialidade” onde os signos [e demais instituições] se relacionam – de modo valorativo – como elementos produtores de sentido discursivo no, do, pelo sistema social [da língua]. A partir de uma pesquisa bibliográfica, este artigo aborda questões concernentes à língua e à educação, incluindo sua gramatização, entendidas como discursos atuantes nas dinâmicas produtoras dos processos de institucionalização do sujeito frente aos discursos [ideológicos] produzidos pelo Estado-Nação ao qual pertence jurídica e linguisticamente.

Palavras-Chave: Língua. Educação. Discurso. Poder. Estado-Nação.

1. INTRODUÇÃO

A língua, seu uso, e respectiva institucionalização, funciona como elo constitutivo de dispositivo de poder por exercício de diferentes discursos institucionais, tais como: Estado, língua, educação, escola, polícia, prisão, mídia, tecnologia, ciência, religião, arte, etc. Esses dispositivos atuam na disciplina e no controle dos processos de subjetivação coletivos e singulares dos, nos, sobre os sujeitos, a partir dos efeitos de legitimação de seus discursos, em sentido de des-identificação e/ou de dominação política, na, pela e através da língua.

A institucionalização da língua nacional se processa, principalmente, através dos instrumentos linguísticos, tais como: dicionários, gramáticas, etc.; correlacionados, por sua vez, principalmente, ao discurso da educação, sobretudo, ao discurso produzido no espaço escolar: todas dimensões constitutidas ideologicamente pelo Estado.

Nesse sentido, a partir de uma discussão bibliográfica, esse artigo procura problematizar questões concernentes à língua e à educação, entendidas como discursos, como dispositivos de poder político, constitutivas, atuantes nas dinâmicas produtoras dos processos de institucionalização do sujeito frente ao Estado-Nação ao qual pertence jurídica e linguisticamente.



2. O ESTADO-NAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO DE PODER

As marcas discursivas que permeiam as noções de nação e de nacionalismo, são características da Europa Ocidental, e estão ligadas ao período que remonta aos movimentos revolucionários burgueses que compõem a denominada Era das Revoluções. Os discursos iluministas produziram nos, pelos, sobre os grupos sociais ascendentes (burguesia) desejosos, por sua vez, pela transformação discursiva da sociedade [estática] do Antigo Regime, certa "inspiração" oratória e padrão linguístico [comparativo] entre sujeitos, classes, sociedades, etc.

Embora tenha iniciado sua construção durante o período do Renascimento ocidental dos séculos XV-XVII, a noção em torno de Estado e de Nação permaneceu, para os humanistas e até o fim do século XVIII, como uma concepção linguístico-cultural erudicizada, por assim dizer: relativamente teorizada, mas não incorporada pelos discursos como práticas das coletividades. Foi somente na França Iluminista Revolucionária, que a noção de Estado e de Nação adquiriu contornos mais políticos e sociais (institucionais) no Ocidente: com o surgimento do fenômeno nacionalista liberal do século XIX, a expressão nação foi "oficialmente" vinculada a ideia de Estado-Nação.

As condições de produção propiciadas pelo desenvolvimento da filosofia Iluminista que culminaram com as ondas insurrectas da Revolução Francesa do final da Idade Moderna e início da Contemporânea, possibilitaram o despertar de sentidos a respeito de assuntos relativos, tanto à ordem social estabelecida pela "dinâmica" do Antigo Regime, como pelas "formas" político-jurídicas (instituições) em que essa sociedade se consolidava. O discurso iluminista liberal da Revolução Francesa produziu amplos debates a respeito de noções em torno de Estado e Nação: seria o Estado um patrimônio dinástico e estático da nobreza petrificada pela tradição estabelecida, ou um construto ideológico de atores sociais variados e instituições de poder diversificadas que – na e através da língua – convergem para um "projeto [suposta e/ou relativamente] comum"?

Segundo Eric Hobsbawm (2001):

Junto com a escola primária, o serviço militar era talvez o mecanismo mais poderoso à disposição do Estado com vistas à inculcação do comportamento cívico apropriado e, não menos importante, à transformação do habitante de um povoado no cidadão (patriota) de uma nação. *A escola e o serviço militar ensinaram os italianos a compreender, se não a falar, a língua "nacional" oficial, e o exército fez do espagete, anteriormente prato regional do sul empobrecido, uma instituição de toda a Itália.* No que tange à população civil, o colorido espetáculo público da exibição militar foi



multiplicado para seu divertimento, inspiração e identificação patriótica: paradas, cerimônias, bandeiras e música. O aspecto mais familiar dos exércitos, para os habitantes não militares da Europa, entre 1871 e 1914, era provavelmente a onipresente banda militar, sem a qual era difícil imaginar os parques e os festejos públicos. (HOBSBAWM, 2011, p. 266) (Grifo nosso).

Nessa perspectiva, a formação discursiva ocidental de nacionalismo está vinculada à ideologia de que o sujeito deva possuir um compromisso de lealdade, devoção e submissão ao Estado Nacional a que está inserido linguística e juridicamente. O significado embutido na expressão "nação política", estabeleceu, a partir do século XIX, uma organização presumivelmente constituída pela população de um determinado país, que passou a apoiar a centralização do poder político como forma de defesa do território e das representações sócio-culturais nacionais (língua, costumes, etc) como elementos des-identificadores em relação ao Estado-Nação.

Portanto, o Estado Nacional, enquanto instituição de poder, se instituiu através da consolidação da língua nacional, de sua gramatização e de seu respectivo processo de ensino e aprendizagem, que configuram, por sua vez, àquilo que se convencionou denominar "políticas públicas" que engloba, inclusive, as políticas de línguas, educacionais, etc.; praticadas por esse Estado-Nação. “Estabelecer Estados-Nações para corpos (sociais) definidos em termos dos critérios, tão intensamente debatidos pelos teóricos do século XIX, tais como etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns (HOBSBAWM, 2006, p. 33).”

3. A LÍNGUA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL

“A língua constitui uma instituição social [...] é um sistema de signos que exprimem ideias (Saussure, 2006, p. 22).” Segundo Saussure (2006), a língua não apenas integra, atravessa – constitui –, mas corresponde a uma instituição social em si, diferentemente das demais instituições políticas, etc.; é a “materialidade” onde os signos se relacionam – de modo valorativo – enquanto elementos produtores de sentido no, do, sobre “real da língua, da história e do inconsciente”.

Mesmo que, em parte, já tenha sido “superado” – transformado – enquanto “modelo analítico”, a linguística saussuriana, ao problematizar “embrionariamente” o “caráter sistemático da língua”, explicita sua “plasticidade social”. Ao contrário dos modelos linguísticos convencionais do final do século XIX, mais pautados na linguagem, Saussure desloca o interesse linguístico para as questões internas do sistema da língua – seu



funcionamento interno. A língua se tornou objeto científico “central” da “nova” abordagem linguística, que ainda “privilegiava a escrita”, mas que passava a “coloca-la” no âmbito da língua, quer dizer, como sistema de signos que se relacionam de modo valorativo constitutivo das/nas relações sociais: sistema [social].

A língua é pensada aqui, a partir de sua dinâmica de interpelação do, no, sobre o sujeito em relação ao discurso que o assujeita. Segundo Courtine (1999), é importante pensar o “discurso, quer dizer, de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua: não na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável [...] (COURTINE, 1999, p. 16)”. A noção de discurso possibilita pensar a língua enquanto um sistema social – coletivo –, para além de sua sistemática gramatical, pois é na, pela, através da língua, como uma estrutura social e institucional, que os discursos funcionam, intermediados, por sua vez, pelo exercício de poder realizado por diversos dispositivos, tais como: Estado, classe, religiosidade, território, etc.

Segundo Scherer e Taschetto (2005),

O funcionamento do discurso supõe que os operadores linguageiros só funcionam com relação à imersão em uma situação, quer dizer, levando-se em consideração as práticas de que eles são portadores. O que coloca em cena uma negociação entre o choque do acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória que coloca em jogo “uma crucial passagem do visível ao nomeado”, no qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura um percurso escrito discursivamente em outro lugar - restabelecido pelos implícitos através do efeito da repetição e da regularização: a condição do legível em relação ao próprio legível. (SCHERER, TASCETTO, 2005, p.122).

Nesse sentido, o discurso funciona enquanto um sistema social coletivo – “memória da língua” – que se “individualiza”, relativamente, através da fala enquanto ato de singularização dos elementos [discursivos] desse sistema [valorativo] de representação social [ideológica]. O discurso precisa ser visto na sua re-produção nas relações sociais, com seu respectivo funcionamento, seus movimentos circulares, suas regras de valores. A percepção de que a língua está sempre em relação à coletividade a qual corresponde, isto é, sempre em relação [de valor] entre um signo e outro, produzindo sentidos, conforme os signos transitam no sistema da língua e os sujeitos se movimentam no tecido social – re-produzindo-se e sendo re-produzidos, tanto linguística, como discursiva.

Moura Neves (2008, p. 02) problematiza a língua como “[...] uma afirmação de identidade que faz abstração da geografia dos povos para investir naquele ‘espaço simbólico e político.’” A língua, enquanto instituição social de relações de sentidos – discurso –, funciona



enquanto um sistema coletivo, relativa e contextualmente singularizado: o jogo simbólico, ideológico e in-consciente das, nas, sobre as relações de des-identificação do, no, sobre o sujeito com relação às “marcas discursivas” de Estado, de gênero, de classe, de religiosidade, de território, etc.

4. A GRAMATIZAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO DA LÍNGUA

De acordo com Moura Neves (2008, p. 03), “a gramática da língua se configura no fazer discursivo, e os discursos nascem no bojo de atividades inseridas na vida da *polis*, refletindo dominação política, cultural e linguística.” A língua, seu uso e respectiva institucionalização – incluindo sua gramatização e escolarização – funciona como dispositivo de poder por diferentes instituições, tais como: mídia, religioso, familiar etc. que querem legitimar seus discursos em sentido de identificação linguística e dominação política. “Ações de atores sociais tão diversos, de tão diversos espaços geográficos e administrativos, e tão diversas histórias e modos de vida, convergem, pela ação da língua comum naquele ‘espaço de identificação.’” (NEVES, 2008, p. 04).

A língua é pensada como elemento (in)possibilitador de criação, expressão e relação dos elementos constitutivos das, nas, sobre, entre as relações sociais de significação do que se entende por “real” em uma determinada sociedade. Nesse sentido, a sua gramatização, dicionarização, etc., também corresponde à sua institucionalização das, nas, sobre as práticas sociais do, no, sobre o tempo-espaço de des-identificação dos sujeitos de língua em jogo; por sua vez, de modo relativamente singular (“des-apropriado” pelo sujeito) e coletivizante (gramatizado através de políticas linguísticas e educacionais praticadas pelo Estado-Nação).

Para Moura Neves (2008, p. 07), os “[...] “pilares de nosso saber metalinguístico’ que são as gramáticas e dicionários [...] representam exatamente o que está nas produções linguísticas, e delas dão testemunho, inclusive quanto às questões de identidade nacional.” Os instrumentos linguísticos, tais como as gramáticas e dicionários, desempenham um papel de representação, inscrição e des-identificação com a Nação a qual o sujeito se encontra em interação discursiva, através de relações que se estabelecem na, pela, sobre a língua [nacional]. Para Moura Neves, (2008):

O dicionário e a gramática, afinal, são tanto a referência no gênero linguístico como a referência do padrão social de desempenho linguístico. Essa tensão [...] tem presença



marcada na ação escola outro forte componente do contínuo processo de definição de padrão linguístico me uma sociedade. (MOURA NEVES, 2008, p. 09).

Nesse sentido, enquanto instrumentos linguísticos, as gramáticas e dicionários, possuem local privilegiado nos processos de produção, transmissão e significação dos elementos de língua, no interior de uma sociedade em uma determinada condição de produção. Para Pfeiffer (2011, p. 05) “[...] a língua em si não existe. Ela é construída enquanto unidade descritível e discernível pelos instrumentos linguísticos.” Ou seja, a língua está ligada às dinâmicas da sua produção social que estão, por sua vez, relacionadas às respectivas condições de sua institucionalização, através do exercício discursivo estabelecido pelos instrumentos linguísticos, enquanto dispositivos institucionais modelizadores da língua e do sujeito pelo discurso do Estado.

De acordo com Pfeiffer (2011, p. 05), a produção e utilização de instrumentos linguísticos corresponde a “[...] um processo constituído pela relação indissociável entre história, ideologia e o político – trata-se de pensar os instrumentos linguísticos e sua exterioridade constitutiva (sujeito e sociedade na história).” Os instrumentos linguísticos, tais como manuais de gramáticas, dicionários, etc. ao proporem uma posição sobre o funcionamento sistêmico da língua, acabam por produzir o despertar para “a instauração de novas condições de produção para o funcionamento da língua, [...] a visibilidade do que se sabe sobre a língua (PFEIFFER, 2011, p. 96).”

A institucionalização da língua nacional “acontece” através dos instrumentos linguísticos como dicionários, gramáticas, etc., sob o intermédio da institucionalização do discurso sobre a língua nacional, estabelecido através do discurso do “espaço escolarizado” – educação. O espaço escolar, foi, assim como ainda é, espaço de institucionalização da língua nacional e, portanto, costumes, tradições, etc. Segundo Pfeiffer, “o espaço escolarizado [...] como o sujeito de linguagem se constitui em uma sociedade historicamente marcada pela inscrição da escrita como lugar de visibilidade de eficácia e capacidade tomadas como características próprias do homem (PFEIFFER, 2011, p. 97).”

5. A EDUCAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO DO SUJEITO

O espaço escolar e os instrumentos linguísticos, correspondem a várias formas de práticas de políticas de línguas e de educação desenvolvidas pelo Estado, enquanto instituição



de poder, pois estabelecem e colaboram para a consolidação de línguas, de tradições, de costumes, etc, em dimensões de sentido ideológico-nacionais. Segundo Guattari e Rolnik (1986), o sujeito:

Está na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade. Entre esses componentes alguns são inconscientes. Outros são mais do domínio do corpo, território no qual nos sentimos bem. Outros são mais do domínio daquilo que os sociólogos americanos chamam de “grupos minoritários” (o clã, o bando, a turma, etc.) Outros, ainda, são do domínio da produção do poder: situam-se em relação à lei, à polícia, etc. (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 34).

Nesse sentido, o sujeito, se constitui através da produção, troca, consumo e (re) elaboração de conhecimentos, sentimentos, desejos e afetos, através das relações com a língua – diuscuro/discursividade –, permanecendo em constante processo de construção e/ou desconstrução singular-social – num devir.

Segundo Guattari e Rolnik (1986), “a ideia de “devir” está ligada à possibilidade ou não de um processo de singularizar. Singularidades femininas, poéticas, homossexuais, negras, etc., podem entrar em ruptura com as estratificações dominantes (GUATTARI, ROLNIK, 1986, p. 74).” A “re-apropriação” do saber [histórico-linguístico-ideológico] “promovido” pela escola, precisa possibilitar que o aluno desenvolva condições relativamente singularizadas para compreender e vivenciar os processos de produção, consumo e circulação discursiva em uma sociedade “mundializada e universalisante.”

Nessa perspectiva, de acordo com Pfeiffer (2011):

[...] Processo de autorização – compreendido como o lugar de legitimação, que se dá na evidência do lugar de autoria, [...] lugar do bem dizer – no espaço discursivo da escolarização [...] espaço de relações de sentidos que investem nos sujeitos formas e gestos de interpretação muito específicos que conformam as relações sociais [...] calcadas nesses sentidos e formas de uma sociedade que se funda pelo efeito da escrita. Enquanto instituição, a escola trabalha na organização e conhecimento da sociedade (PFEIFFER, 2011, p. 98).

É importante pensar a escola como uma instituição/discurso com um papel fundamental à emergência do homem como sujeito político e social, onde a dinâmica de produção/compreensão/apreensão demonstra-se como um processo complexo que exige, principalmente, a sensibilidade e a interação, tanto entre alunos, como entre professor e aluno, atrelados ao conhecimento que se processa na, pela, através da língua, envolvendo fatores afetivos, cognitivos e inconscientes; numa relação de socialização insitucionalizada.



Portanto, assim como os demais mecanismos de exercício de poder, tais como: os instrumentos gramaticais e a língua nacional, por exemplo; o espaço de discurso escolar jamais se configurou em "território neutro", ao contrário, é constituído de sentidos e elementos ideológicos que se relacionam no processo de ensino e aprendizagem, como partes constitutivas da aparelhagem de interpelação discursivo-ideológica em atuação por intermédio do Estado-Nação.

Nesse sentido, pensar questões de língua e sua respectiva gramatização, seja através de instrumentos linguísticos definidos e/ou espaços escolarizados, de um modo geral, é refletir sobre os processos de constituição do sujeito em sua relação com a língua nacional e o Estado que a/o institui – e que por ela é instituído. Longe de serem neutros, todos esses mecanismos e respectivos processos de institucionalização da língua nacional, funcionam como discursos de ação do Estado, enquanto dispositivo discursivo de poder ideológico de agenciamento da produção de sentidos de des-identificação social, através da, na, sobre a educação, a língua nacional e sua gramatização.

6. CONCLUSÃO

A língua é o elemento (in)possibilitador de qualquer relação social. Sua gramatização, através de instrumentos linguísticos definidos e/ou espaços escolarizados, de um modo geral, interage sobre os processos de constituição subjetiva do sujeito, sobretudo, em sua relação com a língua nacional e o respectivo Estado nacional que o/a institui. Nesse sentido, a língua e a educação, entendidas como discursos atuantes nas dinâmicas produtoras dos processos de agenciamento coletivo dos sujeitos frente aos discursos instituintes produzidos pelo Estado-Nação ao qual pertence jurídica e linguisticamente.

Segundo Foucault (1996), "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 33)." O discurso se processa numa re-produção na, pela, através da língua, na dinâmica das relações sociais de sua re-produção ideológica (gramatical, educacional, etc.).

A língua e a educação, como discursividades atuantes nas dinâmicas produtoras dos processos de agenciamento coletivo dos sujeitos frente aos discursos instituintes produzidos pelo Estado-Nação, ao qual pertence linguisticamente, deve ser entendida em seu uso,



funcionamento e respectiva institucionalização – incluindo sua gramatização/escolarização: a língua articula da existência ao modo de funcionamento dos diversos dispositivos de poder disciplinarizador das subjetividades singulares e coletivas por parte das instituições de poder – Estado.

O discurso do Estado "acontece" do funcionamento interdiscursivo de produção de efeitos de sentido conforme a segmentação ideológica dominante, eminentemente na, pela e através da língua e, principalmente, na, pela e através da educação/gramatização. Foi, é.. desse modo que os discursos de ideologia nacionalista, fascista, imperialista, etc. "se valeram" totalitários.

Nesse sentido, o discurso da ideologia do Estado, "língua dura, de ferro", funciona, através dos discursos da, na, sobre a educação e gramatização, como "língua de vento [que] permite à classe no poder exercer sua maestria, sem mestre aparente. Ela serve tampouco a seu mestre. O imperialismo fala hoje uma língua de ferro, mas aprendeu a torná-la tão leve quanto o vento." (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 24). O discurso ideológico do Estado se torna "de vento, fluído como o ar": para se efetivar enquanto discurso instituinte, essa "língua dura", "se dilui" em dispositivos de poder institucionais, tais como: educação, etc.

Portanto, pensar a língua e a educação como dispositivos de poder de discurso do, pelo, sobre o Estado, requer, portanto, problematizar seus respectivos funcionamentos, seus movimentos circulares, suas regras de valores, seus efeitos de produção de sentidos, possibilita a percepção de que a língua está sempre em relação à coletividade a qual corresponde, isto é, sempre em relação [de valor] entre um signo e outro, produzindo "novos" sentidos conforme os signos transitam nos sistemas das línguas e os sujeitos se movimentam nos tecidos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- COURTINE, J. J. O Chapéu de Clémentis: Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, Freda. (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.
- DEL ROIO, Marcos. **O Império Universal e seus antípodas**: A Ocidentalização do mundo. São Paulo: Ícone, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.



- FREUD, Sigmund. Obras completas de Sigmund Freud: **O inconsciente (1915)**. Londres: Edição Standard, 1975.
- GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GENTILI, Pablo (org). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Ponte, 1995.
- NEVES, M.H. **A língua portuguesa em questão: uso, padrão e identidade linguística**. In: BASTOS, N. Língua Portuguesa: lusofonia, memória e diversidade cultural. São Paulo: EDUC, 2008.
- ORLANDI, E. P. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: RG, 2009.
- PFEIFFER, C.C. **Instrumentos linguísticos, ensino e políticas públicas – uma relação na história das ideias linguísticas**. In: VALENTE, A.C.; PEREIRA, M.T. (orgs.) Língua Portuguesa: descrição e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 26ª ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: 2002.
- SCHERER, A. E.; TASCHETTO, T. R. O papel da memória ou a memória do papel de michel pêcheux para os estudos linguísticos discursivos. In: **Estudos da Língua(gem)**. Michel Pêcheux e Análise de Discurso. Vitória da Conquista, n. 1, jun. 2005.